TEMPOS E ESPAÇOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EDUCAR E CUIDAR NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Buena Bruna Araujo Macêdo[1]; **Julie Idália Araujo Macêdo[2]**

[1]Pedagoga e Mestra em Educação Especial pelo Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil, buenabruna@yahoo.com.br

[2]Pedagoga e Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil, juliidalia@yahoo.com.br

Introdução

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e desempenha papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças. Nesse contexto, a organização dos tempos e espaços educativos assume relevância, pois influencia as experiências de aprendizagem, as interações sociais e os processos de desenvolvimento infantil. As instituições de Educação Infantil são compreendidas como espaços educativos nos quais as práticas pedagógicas devem articular de forma indissociável as dimensões do educar e cuidar**,** reconhecendo a criança como sujeito histórico, social e cultural.

Os estudos contemporâneos sobre infância têm contribuído para a compreensão das crianças como sujeitos ativos na construção de suas experiências sociais. Sarmento (2003) destaca que as infâncias constituem uma categoria social marcada por diferentes contextos culturais e históricos, exigindo que as práticas educativas considerem as múltiplas formas de viver a infância. Nessa perspectiva, a Educação Infantil deve promover ambientes que favoreçam a participação das crianças e a construção de experiências significativas.

Kramer (2007) ressalta que a Educação Infantil deve reconhecer a criança como sujeito de direitos, valorizando suas experiências, suas linguagens e suas formas de expressão. O espaço educativo precisa ser organizado de modo a favorecer a interação, a brincadeira e a exploração do ambiente, aspectos fundamentais para o desenvolvimento infantil.

As políticas educacionais brasileiras também enfatizam essa perspectiva. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil destacam que as práticas pedagógicas devem promover o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais (Brasil, 2009). Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que as interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil (Brasil, 2018).

Nesse contexto, Arroyo (2012) afirma que a educação das infâncias exige reconhecer as crianças como protagonistas de seus processos formativos. Dessa forma, a organização dos

tempos e espaços educativos deve possibilitar experiências que promovam a autonomia, a participação e o desenvolvimento das crianças.

O presente trabalho tem como objetivo discutir a importância da organização dos tempos e espaços na Educação Infantil, considerando a articulação entre educar e cuidar nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições educativas.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido a partir de revisão bibliográfica e análise documental. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite compreender as contribuições teóricas já produzidas sobre determinado tema. O levantamento teórico foi realizado a partir de produções acadêmicas que discutem Educação Infantil, Sociologia da Infância e práticas pedagógicas voltadas para a educação das crianças. Entre os autores mobilizados destacam-se Sarmento (2003), Kramer (2007), Arroyo (2012), Barbosa (2006) e Franco (2008), cujas produções contribuem para compreender as infâncias como construções sociais e culturais.

Foram analisados documentos normativos que orientam a Educação Infantil no Brasil, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular**,** buscando compreender como esses documentos abordam a organização dos tempos e espaços educativos.

A análise dos dados foi realizada por meio de abordagem interpretativa, buscando identificar as relações entre os referenciais teóricos e as orientações das políticas educacionais voltadas para a educação das infâncias.

Resultados e Discussões

A análise dos documentos normativos que orientam a Educação Infantil no Brasil, articulada às contribuições teóricas de estudiosos das infâncias, evidencia que a organização dos tempos e espaços educativos constitui elemento central para a construção de práticas pedagógicas que integrem as dimensões do educar e cuidar. Historicamente, as instituições voltadas à educação das crianças pequenas foram marcadas por práticas assistencialistas, nas quais o cuidado era frequentemente compreendido de forma dissociada da dimensão educativa. Entretanto, os avanços nas políticas educacionais e nas pesquisas no campo da infância contribuíram para superar essa perspectiva, consolidando a compreensão de que cuidado e educação são dimensões indissociáveis no contexto da Educação Infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) estabelece que a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, considerando os aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em articulação com a família e a comunidade (Brasil, 1996). Essa concepção amplia a compreensão sobre o papel das instituições educativas e reforça a necessidade de práticas pedagógicas que promovam experiências que articulem aprendizagem, cuidado e socialização.

Essa perspectiva é aprofundada pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), publicado em 1998, que destaca que educar envolve propiciar situações de cuidado, brincadeira e aprendizagem de forma integrada (Brasil, 1998). O documento enfatiza que as

práticas pedagógicas devem favorecer experiências que permitam às crianças explorar o ambiente, construir conhecimentos e estabelecer relações sociais significativas. Dessa forma, o

cotidiano na Educação Infantil passa a ser compreendido como um espaço privilegiado de aprendizagem, no qual diferentes experiências contribuem para o desenvolvimento das crianças.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, aprovadas pela Resolução CNE/CEB nº 5 de 2009, consolidam importantes avanços conceituais ao afirmar que as práticas pedagógicas devem ter como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras (Brasil, 2009). O documento também reconhece a criança como sujeito de direitos, destacando que as instituições de Educação Infantil devem garantir experiências que promovam a autonomia, a participação e o respeito às diferentes formas de expressão infantil.

Essa compreensão encontra respaldo nas contribuições da Sociologia da Infância. Sarmento (2008) destaca que as infâncias são construções sociais e históricas e que as crianças participam ativamente da produção de culturas próprias, construídas nas interações cotidianas. Nesse sentido, reconhecer as crianças como sujeitos sociais implica construir práticas pedagógicas que valorizem suas experiências, suas formas de expressão e suas interações com outras crianças e com os adultos.

A Base Nacional Comum Curricular publicada em 2018, reforça essa perspectiva ao estabelecer que as práticas pedagógicas na Educação Infantil devem ser organizadas a partir dos eixos das interações e das brincadeiras, garantindo às crianças direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2018). O documento também destaca a importância da organização intencional dos tempos e espaços educativos, de modo a favorecer experiências diversificadas que promovam o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da participação das crianças.

Nesse contexto, as contribuições de Kramer (2007) são particularmente relevantes ao enfatizar que a Educação Infantil deve reconhecer a criança como sujeito de direitos e produtora de cultura. Para a autora, as práticas pedagógicas precisam valorizar as diferentes linguagens infantis e garantir espaços de participação e expressão para as crianças.

Arroyo (2012) também contribui para esse debate ao destacar que os sujeitos da educação precisam ser reconhecidos em sua diversidade social e cultural. Para o autor, o currículo constitui um espaço de disputa no qual diferentes concepções de sociedade e de educação se manifestam. Assim, pensar a Educação Infantil implica reconhecer as crianças como sujeitos de direitos e considerar suas experiências e contextos sociais na organização das práticas pedagógicas.

No âmbito das práticas pedagógicas, Franco (2008) ressalta que a atuação docente envolve processos intencionais de mediação educativa. A organização dos tempos e espaços na Educação Infantil não ocorre de forma espontânea, mas resulta de escolhas pedagógicas que orientam as experiências de aprendizagem das crianças. Dessa forma, o professor assume papel fundamental na construção de ambientes educativos que favoreçam a curiosidade, a participação e o desenvolvimento integral.

A articulação entre os documentos normativos e as contribuições teóricas analisadas evidencia que a qualidade da Educação Infantil depende da construção de práticas pedagógicas que

reconheçam as crianças como sujeitos ativos e que promovam experiências educativas significativas. A organização dos tempos e espaços educativos, nesse contexto, constitui elemento fundamental para garantir ambientes que favoreçam o brincar, a interação, a expressão e a construção de conhecimentos.

Conclusões

A organização dos tempos e espaços na Educação Infantil constitui elemento essencial para a construção de práticas pedagógicas que integrem as dimensões do educar e cuidar. Ambientes educativos planejados de forma intencional favorecem experiências significativas de aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças. As contribuições teóricas de autores que discutem as infâncias ampliam a compreensão sobre as crianças como sujeitos sociais ativos, evidenciando a importância de práticas pedagógicas que valorizem a participação, a autonomia e as experiências infantis.

Dessa forma, a construção de propostas pedagógicas comprometidas com a educação das infâncias exige a organização de ambientes educativos acolhedores, participativos e estimulantes, capazes de promover o desenvolvimento integral e o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Educação Infantil; Infâncias; Tempos; Espaços; Educar E Cuidar.

Referências Bibliográficas

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2012.
BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: MEC, 2009.
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
FRANCO, M. A. S. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2008.
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
KRAMER, S. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: MEC, 2007.
SARMENTO, M. J. **As culturas da infância**. In: SARMENTO, M. J.; GOUVEA, M. C. S. (org.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.